

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO REF.^a N.º 01_GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

E

SINTAXY LDA

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. Antão - Tel:
(+238) 222 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TARRAFAL - Vila do Tarrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 85 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.ª N.º 01_GPENAPOR_2022

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ENTRE:

PRIMEIRA: ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Alcídio Nascimento Lopes**, casado, portador do BI n.º 219163, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF:121916391 e pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administrador respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Primeira Outorgante**.

E

SEGUNDA: SINTAXY LDA com sede na Avenida Ilha de São Vicente, Palmarejo, Cidade da Praia, Ilha Santiago, Contribuinte n.º 268714509, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Praia, sob o n.º 268714509/2525220140402, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Belarmino da Veiga Silva**, portador do Passaporte n.º J488385, titular do NIF n.º 117816027 na qualidade de Sócio-Gerente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar, adiante designada por **Segunda Outorgante**.



Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is a stylized 'J' followed by 'C'. The second signature is 'Belarmino' written in a cursive script.

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o Concurso Público Internacional N.º 06_GPEnapor_2021 para a formação do *Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria em Avaliação da Maturidade de Inovação e Transformação Digital na ENAPOR*.
- b) O júri do procedimento deliberou, por unanimidade, no dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e um, propor adjudicação do contrato à proposta da empresa SINTAXY LDA, pondo assim termo ao Concurso Público Internacional N.º 06_GPEnapor_2021.
- c) A minuta do Contrato de Prestação dos Serviços foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente Contrato de Prestação de Serviços que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª
(Objeto)

- 1. O presente contrato tem por objeto a prestação dos serviços de Consultoria em Avaliação da Maturidade de Inovação e Transformação Digital na ENAPOR.
- 2. O presente contrato é composto pelo respetivo clausulado e pelos seus anexos que englobam os seguintes elementos:
 - i. os esclarecimentos e as retificações aos documentos do procedimento.
 - ii. o anúncio do concurso.
 - iii. os TDR (Termos de Referência) do concurso.
 - iv. a proposta adjudicada e
 - v. os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo Adjudicatário.



Two handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'V' or 'X' shape, and the second is a more complex, cursive signature.

Cláusula 2ª
(Preço Contratual)

1. O preço contratual pela prestação dos serviços a que alude a Cláusula 1.ª é de 9.072.000\$00 CVE (nove milhões e setenta e dois mil escudos), a ser acrescido da taxa legal do IVA em vigor.
2. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das obrigações constantes do mesmo, e dos demais documentos que o integram, a Primeira Outorgante deve pagar à Segunda Outorgante o valor resultante da aplicação dos preços unitários constantes na proposta financeira
3. O preço a pagar pela prestação dos serviços é fixo, no que ambas as partes estão expressa e especialmente de acordo.

Cláusula 3ª
(Faturação e Condições de Pagamento)

1. A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante estabelecem o seguinte plano de faturação e pagamento:
 - a) **30% no valor de 2.721.600\$00** (dois milhões, setecentos e vinte e um mil e seiscentos escudos) com a assinatura do presente contrato e validação do plano de trabalho;
35% no valor de 3.175.200\$00 (três milhões, cento e setenta e cinco mil e duzentos escudos) com a entrega de 50% do processo de consultoria/prestação dos serviços;
 - b) **35% no valor de 3.175.200\$00** (três milhões, cento e setenta e cinco mil e duzentos escudos) com a entrega e validação final do processo de consultoria/prestação dos serviços.
2. As quantias devidas pela Primeira Outorgante à Segunda Outorgante, nos termos do presente contrato, devem ser pagas no prazo de 7 (sete) dias a contar da data da emissão da fatura.
3. A Primeira Outorgante realizará todos os pagamentos relativos ao presente contrato mediante transferência bancária a favor da Segunda Outorgante, para a seguinte conta:



- a) Entidade Bancária: Banco BAI Cabo Verde S.A.,
- b) NIB: 0008 1002 0002 0592 00189
- c) SWIFT: BAIPCVCV

4. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na fatura, a Primeira Outorgante deverá comunicar esse facto à Segunda Outorgante por escrito e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a receção da respetiva fatura, ficando a Segunda Outorgante obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de uma nova fatura corrigida.

5. O não pagamento do valor contestado não vence juros de mora nem justifica a suspensão da prestação dos serviços por parte da Segunda Outorgante, devendo, no entanto, a Primeira Outorgante proceder ao pagamento da importância não contestada.

6. A Primeira Outorgante reserva-se no direito de, sem prejuízo do direito às penalidades e a uma indemnização nos termos gerais do direito, suspender os pagamentos acima referidos, sempre que a Segunda Outorgante não esteja a cumprir as suas obrigações contratuais.

Cláusula 4ª
(Prazo de Execução e Outputs)

- 1. A Segunda Outorgante compromete-se a concluir a prestação dos serviços de consultoria no prazo máximo de 04 (quatro) meses após a aprovação do plano de trabalho.
- 2. Antes do início dos serviços será elaborado pela Segunda Outorgante o respetivo cronograma/plano de trabalho a ser aprovado pela Primeira Outorgante. Os trabalhos terão início logo após a aprovação do plano pela Primeira Outorgante.
- 3. Para que tal ocorra a Primeira Outorgante terá que colaborar em todo o processo, sendo que as informações e os dados necessários serão prontamente fornecidos.
- 4. A Segunda Outorgante compromete-se a disponibilizar os seguintes outputs:
 - a) Relatório de avaliação detalhada, a entregar no prazo de 50 (cinquenta) dias após aprovação do plano de trabalho;
 - b) Relatório intemédio (1,2,3,4,5) a entregar no prazo de 100 (cem) dias após aprovação do plano de trabalho;
 - c) Relatório intemédio (6) a entregar no prazo de 116 (cento e dezasseis) dias após aprovação do plano de trabalho;



- d) Relatório final a entregar no prazo de 126 (cento e vinte e seis) dias após aprovação do plano de trabalho

Cláusula 5ª
(Dever de Boa Execução)

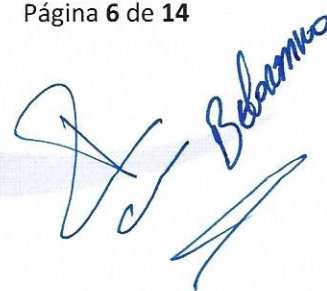
1. A Segunda Outorgante desde já declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicável à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação que lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito deste contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados aos objetivos e finalidades definidos.

Cláusula 6ª
(Coordenação e Representantes)

1. A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante designam, individualmente, um ou mais representantes aos quais são conferidas as funções e competências necessárias para a correcta e plena coordenação na execução dos serviços objecto do presente contrato.
2. No cumprimento das respectivas atribuições e responsabilidades cada representante designado deverá manter estreita ligação e colaboração, trocando informações e prestando todo o apoio que se revelar necessário para a plena prossecução do objecto do presente contrato cumprindo, cada um, as respectivas atribuições com o máximo das suas competências, diligências e experiências profissionais.

Clausula 7ª
(Sigilo e Confidencialidade)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter a confidencialidade sobre toda a informação a que venha a ter acesso no âmbito do presente Contrato, desde que



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Babamko".

a mesma não seja de conhecimento público ou não lhe haja sido comunicada por terceiros.

2. A Segunda Outorgante não fará uso, ou permitirá que terceiros façam uso de quaisquer informações, dados ou outros conhecimentos facultados ou aos quais tenham acesso por via e no âmbito do presente contrato, sem prévio consentimento da Primeira Outorgante.

Cláusula 9.^a
(Notificações e Comunicações)

As Outorgantes efectuarão as notificações e/ou comunicações a que houver lugar no âmbito deste contrato por qualquer um dos seguintes meios:

SINTAXY LDA

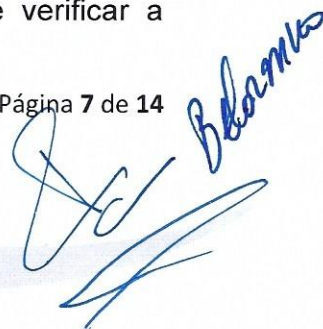
Correio eletrónico: sintaxy@sintaxy.com
Telefone: (238) 3571010

ENAPOR S.A

Correio registado:
ENAPOR, SA – Av. Marginal, C.P. 82, Mindelo, República de Cabo Verde - Telefone: (238) 2307500
Correio eletrónico: concursos.procurement@enapor.cv;
eliseu.silva@enapor.cv

Clausula 10.^a
(Penalidades)

1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante ou a terceiros por si contratados para a prestação dos serviços objeto do presente contrato, haverá lugar à aplicação de penalidades nos termos legalmente estabelecidos.
2. A penalidade a aplicar consiste numa multa, e apenas se se verificar a situação referida no ponto 1.



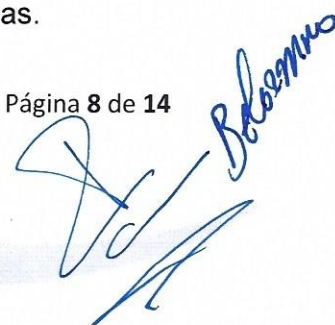
Belarmino

3. O valor da multa por pedido, é calculado da seguinte forma:

- i) Multa diária de 1‰ (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias;
- ii) Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2‰ (dois por mil) do valor do Contrato, sem, contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual;
 - (a) As multas previstas nos pontos i) e ii) do número 3), serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso;
 - (b) Antes da aplicação de qualquer das penalidades a Segunda Outorgante será advertida, sendo-lhe garantida o direito ao contraditório e à mais ampla defesa, através dos meios institucionais e legais disponíveis ao exercício pleno de tais garantias, devendo apresentar a sua defesa em 02 (dois) dias uteis, contados do recebimento da respetiva advertência escrita;

Cláusula 11.^a
(Força Maior)

- 1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possam ser controladas.
- 2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
- 3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento das mesmas.



4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá comunicar a Primeira Outorgante quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontre impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos, no período máximo de 10 (dez) dias a contar do conhecimento da ocorrência da circunstância de força maior.

Cláusula 12.^a
(Resolução pela Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o presente contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e, ainda, nos seguintes casos, sem prejuízo do direito de indemnização legalmente prevista:
- a) Razões de interesse público, mediante resolução fundamentada;
 - b) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos do disposto na lei;
 - c) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Segunda Outorgante;
 - d) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas durante a execução do presente contrato;
 - e) Oposição reiterada da Segunda Outorgante ao exercício dos poderes de fiscalização da Primeira Outorgante;
 - f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na lei;
 - g) Incumprimento, pela Segunda Outorgante, de decisões judiciais respeitantes ao presente contrato;
 - h) A Segunda Outorgante se apresente à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;

Cláusula 13.^a
(Efeitos da resolução)

1. Em caso de resolução do presente contrato por parte da Primeira Outorgante por facto imputável à Segunda Outorgante, esta fica obrigada ao pagamento de indemnização a que haja lugar nos termos gerais de direito.
2. A indemnização é paga pela Segunda Outorgante no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação para esse efeito, sem prejuízo da possibilidade de execução da caução prestada.
3. O disposto na presente cláusula não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades/multas que se mostrem devidas, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 14.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

1. A Segunda Outorgante pode resolver o presente contrato em casos de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante por período superior a 10 (dez) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25 % (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante de conformação da relação contratual, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - (e) Incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato pela Primeira Outorgante.
2. No caso previsto na alínea (a) do número 1, apenas há direito de resolução quando:
 - (a) A resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou,



- (b) Caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira da Segunda Outorgante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
- 3. O direito de resolução previsto no presente artigo é exercido por via judicial.
- 4. Nos casos previstos na alínea (c) do número 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à Primeira Outorgante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a Primeira Outorgante cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 15.^a

(Subcontratação e cessão da posição contratual pela Segunda Outorgante)

- 1. A subcontratação e a cessão da posição contratual pela Segunda Outorgante, sujeitam-se ao consentimento prévio da Primeira Outorgante.
- 2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá identificar quais as prestações contratuais que, em concreto, pretende subcontratar ou ceder, o subcontratado ou cessionário em causa, bem como deverá instruir a sua proposta com a documentação referida nos termos da lei.
- 3. A Primeira Outorgante poderá, a todo o tempo, requerer a substituição de qualquer subcontratado, se:
 - (a) No seu entender, tal subcontratado não se mostrar qualificado para cumprir as obrigações subcontratadas;
 - (b) Tomar conhecimento de violação, pelo subcontratado, de quaisquer obrigações decorrentes do contrato ou de qualquer legislação ou regulamentação que lhe seja aplicável.
- 4. Caso a Primeira Outorgante requeira a substituição do subcontratado, nos termos do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante deverá no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da data da receção da comunicação da Primeira Outorgante proceder à identificação do novo subcontratado e à apresentação dos documentos referidos, nos termos da lei.
- 5. A autorização da nova subcontratação referida no número anterior obedecerá ao legalmente previsto.



6. Em caso de subcontratação, a Segunda Outorgante manter-se-á como garante e único responsável, perante a Primeira Outorgante, pela execução das obrigações contratuais assumidas.

Cláusula 16.^a
(Cessão da posição contratual pela Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante poderá ceder a sua posição contratual a qualquer momento, sem necessidade de acordo da Segunda Outorgante.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante poderá opor-se à cessão da posição contratual pela Primeira Outorgante apenas em caso de fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias da Segunda Outorgante.

Cláusula 17.^a
(Prevalência)

Em caso de divergência, o texto do presente contrato prevalecerá sobre a proposta apresentada pela Segunda Outorgante.

Cláusula 18.^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro.



De Bolommo

Cláusula 19.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo principalmente o Código Civil.



As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam. Este Contrato, constituído por 14 (catorze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e são rubricados pelas partes. Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, ao 4.º dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante


Eng.º Alcídio Nascimento Lopes Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração de Cabo Verde Administrador Executivo

A Segunda Outorgante


Eng.º Belarmino da Veiga Silva
Sócio-Gerente

ANEXO

REFERÊNCIA	HORAS DE CONSULTÓRIA	PREÇO TOTAL CVE
CONSULTORIA EM AVALIAÇÃO DA MATURIDADE DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ENAPOR	720h	9 072 000\$00
Impostos		0
Total cve		9 072 000\$00

Custo por Entregáveis:

REFERÊNCIA	DELIVERABLES		PERCENTAGEM	VALOR TOTAL (CVE)
CONSULTORIA EM AVALIAÇÃO DA MATURIDADE DE INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ENAPOR	D1	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura do Contrato e validação do Plano de trabalho 	30%	2 721 600\$00
	D2	<ul style="list-style-type: none"> Com a entrega de 50% do processo de consultoria 	35%	3 175 200\$00
	D3	<ul style="list-style-type: none"> Com a entrega e validação final do processo de consultoria 	35%	3 175 200\$00
TOTAL			100%	9 072 000\$00